

# Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar\*

## Women, work and family: analysing feminine work and its consequences to family affairs

Ana Letícia de FRANÇA\*\*

Édina SCHIMANSKI\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo está fundamentado em pesquisa realizada para o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa e tem por objetivo discutir sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e o impacto disto no âmbito familiar. O estudo busca contextualizar historicamente a categoria trabalho a partir de diferentes compreensões histórico-teóricas, bem como a inserção da mulher no mercado de trabalho e os reflexos da dupla jornada feminina no contexto da família. Devido à natureza do objeto de estudo, adotou-se a pesquisa qualitativa, fundamentada na técnica de entrevista semi-estruturada, na revisão bibliográfica, na observação participante e no estudo documental, seguida de análise de dados, como referência para o presente estudo. Dentre as categorias emergentes na análise dos dados destaca-se o precoce ingresso da mulher no mercado de trabalho, bem como os fatores impulsionadores deste processo e suas conseqüências. O texto aponta, ainda, reflexões sobre a divisão das tarefas domésticas no âmbito familiar e as dificuldades pela conciliação entre casa e trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho. Gênero. Relações Familiares.

**Abstract:** The background of this study is framed on the final assignment presented to obtain the degree of Social Worker at the Social Work Department at State University of Ponta Grossa. The main idea is to reflect on the process of inclusion of woman in the work system and its impacts on the family relationships. The article discusses the work as a historical and theoretical category that embraces the social inclusion of woman in the context of work world. From this, the study refers to the impacts from the female insertion in the work system related to family affairs. The study is based on qualitative research and it uses as methodological tools a set of different approaches such as semi-structured interviews, bibliographical review, participant observation and documental analyses. As a result, the data points out the premature admission of women in the work system and its consequences for them and their families. In addition, the data shows some evidences concerning

---

\* Parte da pesquisa de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Assistente Social do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa

\*\* Assistente Social, especialização em Práticas interdisciplinares junto a Família. Universidade Estadual de Ponta Grossa

\*\*\* Édina Schimanski - PhD em Educação - Universidade de Londres. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social – UEPG.

domestic work and external work and its implications to women's lives.

**Keywords:** Work. Gender. Family Relationships.

Recebido em: 28/07/2008. Aceito em: 24/09/2008.

## 1 Contextualizando a pesquisa e seus aspectos metodológicos

O presente artigo discute sobre a inserção do gênero feminino no mercado de trabalho e o seu impacto nas relações familiares. O interesse em pesquisar o assunto emergiu a partir da prática de estágio do Curso de Serviço Social na Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Ponta Grossa no ano de 2007. As observações realizadas através do estágio trouxeram uma série de indagações a respeito do trabalho feminino e sua repercussão direta na família destas mulheres. Deste modo, a questão central do estudo é a compreensão de como as mulheres, funcionárias da Universidade Estadual de Ponta Grossa, conciliam o trabalho e a família, bem como se configura essa relação na atualidade. A pesquisa tem como objetivo principal analisar a inserção da mulher no mercado de trabalho, a dupla jornada feminina de trabalho e seus impactos nas relações familiares.

Tendo em vista a delimitação do objeto em estudo, esta pesquisa configura-se como qualitativa. Segundo Minayo (1994, p.21) a:

[...] pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou, seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Deste modo, “[...] se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas” (MARTINELLI, 1999, p. 22). Neste sentido, a pesquisa qualitativa possibilita melhor compreensão dos sujeitos envolvidos na pesquisa e sua relação direta com o contexto no qual estão inseridos, bem como com a singularidade das relações

sociais. Entretanto, é necessário esclarecer que em alguns momentos se fez necessário o uso da pesquisa quantitativa, a qual teve o objetivo de compilar dados referentes a informações sobre o perfil das mulheres pesquisadas. A pesquisa quantitativa se caracteriza:

[...] pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. (RICHARDSON, 1999, p. 70).

Para a compreensão e definição do objeto a ser analisado utilizou-se a revisão bibliográfica, a qual ocorreu durante todo o processo de estudo, englobando assuntos como trabalho feminino, dupla jornada, relações familiares, entre outros. A pesquisa bibliográfica segundo Neto (1994, p. 53):

[...] coloca frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir idéias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e arquivos. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social.

Como um dos objetivos principais foi sistematizar as reflexões das mulheres, sujeitos desta pesquisa, sobre suas relações familiares e a realidade de trabalho, utilizou-se também a observação participante, a qual se caracteriza por ser uma:

[...] observação cuidadosa de fatos e comportamentos que proporcionará dados não verbais relacionados com o tema de estudo

[...] de forma a se tornarem compreensíveis, propiciando, assim, capacidade para futuras intervenções no âmbito da pesquisa. (RIZZINI 1999, p. 70)

Nesta pesquisa, a observação participante tornou-se sistemática, visto que através da inserção no campo de estágio em 2007, a acadêmica pode sistematizar os dados observados. Paralelamente, desenvolveu-se um estudo documental, o qual Richardson (1999, p. 230) descreve como: “[...] uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”. Os documentos utilizados foram: cadastros pessoais, resoluções, estatutos, entre outros.

A seleção dos sujeitos de pesquisa se deu a partir do contato da acadêmica com as funcionárias durante o estágio curricular. Na prática de estágio foi desenvolvido um projeto de intervenção intitulado “*Educação Alimentar: Saúde e Economia para as Servidoras da UEPG*”, o qual teve um total de trinta funcionárias participantes. Entre o universo da pesquisa, quatro funcionárias estavam dentro dos requisitos de seleção, o qual obedeceu aos seguintes critérios: a) ter filhos, b) estar trabalhando há mais de cinco anos, c) ter união estável (casada ou não) e d) ter idade entre trinta e cinco e quarenta e cinco anos. O fator idade foi importante no contexto da pesquisa, considerado o fato de que foi a partir da década de setenta que se inicia uma inserção maior da mulher no mercado de trabalho no Brasil. Neste sentido, as mulheres pesquisadas, as quais estão hoje em média com trinta e cinco e quarenta e cinco anos estavam, naquele período histórico, adentrando no mercado de trabalho.

Após a seleção dos sujeitos da pesquisa, utilizou-se para a coleta de dados a entrevista individual semi-estruturada. De acordo com os estudos de Richardson (1999, p. 212)a:

[...] entrevista semi-estruturada é utilizada particularmente para descobrir que aspectos de determinada experiência produzem mudanças nas pessoas expostas a elas. O pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista.

Posteriormente ao levantamento de dados, passou-se para a etapa de análise, a qual centra-se “[...] em um processo sistemático de busca e de organização visando obter maior compreensão dos materiais coletados e de torná-los compreensíveis ao maior número possível de pessoas”(RIZZINI, 1999, p. 81). Optou-se por desenvolver uma análise crítico-dialética para a interpretação das falas dos sujeitos articulada com o referencial teórico construído na pesquisa. O referencial teórico fundamentou-se na compreensão da categoria trabalho, objetivando caracterizar as principais mudanças ocorridas ao longo da história e as distintas atribuições dadas ao termo nos diferentes contextos, bem como sua articulação com a chamada divisão sexual do trabalho e relações de gênero.

## 2 Trabalho: uma categoria histórica socialmente construída

O significado da palavra trabalho não é recente. Segundo Albornoz (1986, p.10), o termo trabalho originou-se do latim *tripalium*, que era um instrumento utilizado pelos agricultores para bater o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los. Porém, a maioria dos dicionários registra *tripalium* como instrumento de tortura. Percebe-se disto o fato de que muitas vezes o trabalho pode estar associado à dor, ao sofrimento e ao castigo.

De forma diferente, French (1992, p.57) ressalta que, de fato, o trabalho pode representar ao mesmo tempo, uma atividade penosa, um fardo, uma doença ou sofrimento. Por outro lado, o mesmo autor observa que o trabalho pode também ter uma conotação prazerosa, dando sentido à vida, formando uma identidade pessoal, denotando crescimento e desenvolvimento. Assim, o trabalho, pode estar relacionado com o sofrimento, mas também com atividades que proporcionam prazer e realização ao ser humano. Pode-se dizer que o significado do trabalho varia de acordo com o contexto social e com o momento histórico vivido pelos sujeitos. Ao longo da história da humanidade, portanto, variando com o nível cultural e com o estágio evolutivo de cada sociedade, o trabalho tem sido percebido de forma diferenciada.

Na antiguidade, entre os gregos, havia a distinção entre o labor, o trabalho e a ação. De acordo com Langer (2004) esses três elementos na antiguidade possuíam significados diferentes. O labor era visto pelos gregos como tendo uma característica de:

[...] luta pela sobrevivência física do corpo. É realizado em vista da manutenção da vida e da sobrevivência da espécie humana. O labor está associado ao processo biológico do corpo. Há uma estreita relação entre produção e consumo. Tudo o que é produzido pelo labor é destinado ao consumo imediato, motivo pelo qual não deixa nada atrás de si. (LANGER, 2004)

O labor posicionava-se na escala mais inferior da hierarquia de valores do ideal grego, visto que estava aliado a características rebaixadas: ser menosprezado, não ser glorificado, sendo, portanto, pertencente ao reino das necessidades. O labor, portanto, era realizado na esfera privada e distinguia-se por seu caráter transitório. Por fim, podia ser entendido como algo selado pela relação cíclica entre produção e consumo. Entende-se, assim, que o labor nada mais seria do que o trabalho propriamente dito, o qual se materializava como fruto da interação entre ser humano e natureza, e que garantia ao primeiro seu sustento corporal e de sua classe (LANGER, 2004).

No que se refere à categoria trabalho, Langer (2004) aponta, ainda, que para os gregos este era:

[...] a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo 'artificial' de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita a vida de cada indivíduo, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.

Da mesma forma, Langer (2004) salienta que na antiguidade o labor comportava necessidade e futilidade. Diferentemente, o trabalho comportava a permanência e a liberdade.

A terceira atividade fundamental entre os gregos era a ação, entendida por Langer (2004), como:

[...] única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Quatro são as características básicas que distinguem a ação, tanto do labor como do trabalho: a pluralidade, a não mediação material, o fato de ser exercida na esfera pública e a liberdade.

Tal como ocorria na Antigüidade, também na Idade Média os indivíduos distinguiram-se pelas classes sociais que compunham. Havia, portanto, uma segregação entre escravos e homens livres, ou ainda, entre os indivíduos tidos como superiores e os tidos como inferiores. As relações de trabalho na Idade Média eram atribuídas de acordo com a classe a que o indivíduo pertencia. A classe de maior importância apresentada nesse período da história é a classe dos sacerdotes, ou clero, como é chamada por alguns autores, sendo a classe de maior influência perante toda a sociedade da época.

Uma característica importante do clero da época, a qual refletiu diretamente sobre a concepção de trabalho, foi a idéia de que a Igreja deveria servir como instrumento apaziguador de tensões, se não impedindo, retardando ao máximo as reivindicações geradas pelas pressões sociais (SILVA; GARCIA, 2001).

Diante deste contexto, a obrigação do clero era de ordem espiritual, porém, na prática concreta suas funções se alargavam, pois era esta classe que regia o restante da população da sociedade feudal.

Outra classe constituinte da sociedade feudal era a classe tida como nobre composta pela monarquia e guerreiros. Estes não desempenhavam nenhum tipo de trabalho junto à terra, o que era responsabilidade integral do servo, ou seja, do camponês que arrendava a gleba. As classes dominantes, entre elas a dos guerreiros, dedicavam-se às funções consideradas superiores, suas obrigações se mostravam especificamente nas questões militares. O trabalho era

feito pelos camponeses ou servos, os quais eram os responsáveis pela manutenção da vida dos membros da nobreza e do clero, já que estava sob sua responsabilidade fazer a terra produzir e obter dela o necessário para seu sustento e da sociedade.

O clero e a nobreza constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que delas provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca exigiam pagamento das classes trabalhadoras sob a forma de cultivo das terras. (HUBERMAN, 1985, p. 24)

Pode-se verificar, assim, na Idade Média a mesma conotação que se encontrava na Antigüidade em relação ao trabalho, pois este era atribuído sempre considerando o nível hierárquico no qual estavam dispostas as classes. No tocante às classes que integravam a Idade Média, percebe-se que tal como na Antigüidade, a classe tida como de menor valor na sociedade era a responsável pelo trabalho, trazendo à tona a questão da aversão das classes dominantes ao trabalho.

Com a ascensão da classe burguesa e as novas relações de produção que se estabeleceram, o trabalho passa a ser associado à possibilidade de riqueza devido ao acúmulo de capital e a liberdade. Tais características passam a ser os principais motivos para a busca de fonte de renda para o ser humano suprir suas necessidades.

Muda-se, portanto, a lógica de compreensão sobre o trabalho, o qual passa a adquirir uma forma particular. Nesta ótica, o trabalho passa a existir em função do capital e não mais exclusivamente em função das necessidades humanas.

É dentro deste contexto que emergem os estudos marxianos e marxistas sobre a categoria trabalho. Assim, o trabalho é visto numa perspectiva de *praxis*, o qual é uma atividade material do homem [mulher] social, com vistas à transformação da sociedade.

O trabalho humano é, portanto, caracterizado por Vásquez (1990, p.137) como “a atividade prática material pela qual o operário transforma a natureza e faz surgir um mundo de produtos, apresenta-se a Marx como uma

atividade alienada”. Isto se deve principalmente pelo fato do operário só ter valor como meio ou instrumento de produção, e por não se reconhecer naquilo que produziu.

No sistema capitalista, verifica-se que com o surgimento das máquinas, grande marca deste período, as relações de trabalho se modificam substancialmente quando comparado aos períodos anteriores. Considerando que as máquinas aparecem concentradas nas mãos dos que detêm o capital, ou seja, nas mãos de poucos, e os que não têm tal recurso, se submetem aos detentores do capital, como única saída para sua sobrevivência.

A Revolução Industrial, portanto, pode ser considerada conforme Cominesi (2002, p. 15) “como um marco no que se refere às transformações no mercado de trabalho, na produção de mercadorias, na forma de contratar a mão-de-obra e nas relações de trabalho entre patrão e empregado”.

Com esta transformação, surge uma nova forma de mediar e regular as relações de trabalho entre patrão e empregado, trata-se do salário que o trabalhador passa a receber em troca da sua força de trabalho.

Para Marx (1998, p.615), “[...] o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho: determinada quantidade de dinheiro com que se paga determinada quantidade de trabalho”. No capitalismo, os trabalhadores em troca de um salário, fornecem força de trabalho, gerando produtos que são comercializados no mercado de consumo (ARRUDA, 1996). Sendo assim, duas classes se colocam nesta sociedade. Segundo Costa *apud* Arruda (1996) há, de um lado a que compra a força de trabalho – emprega o trabalhador, o investidor; e há, de outro lado, aquela que vende sua força de trabalho – o trabalhador.

Antunes (1999, p. 102), denomina os trabalhadores de hoje como a classe-que-vive-do-trabalho, a qual inclui:

[...] a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos [...]. Ela não se restringe, portanto, ao trabalhador manual direto, mas incorpora a totalidade do traba-

lho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado [...] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços [...] e que não se constituem como elemento vivo ao processo de valorização do capital e de criação de mais-valia.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora compreende, portanto, no entender de Antunes (1999), todos aqueles ou aquelas que vendem a sua força de trabalho em troca de um salário.

No capitalismo contemporâneo, destaca Antunes (1999), a classe-que-vive-do-trabalho tem como núcleo central uma crescente articulação entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo (denominações dadas por Marx).

Ao contrário de muitos autores que defendem o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, Antunes (1999) mostra que o que houve foi uma profunda mudança nessas relações. Ao invés do fim do proletariado, o que se tem é um amplo leque distinto de agrupamentos e segmentos que compõe a classe-que-vive-do-trabalho. Verifica-se, portanto, uma significativa “heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 209, grifo do autor).

Novos processos de trabalho emergem com o salto tecnológico, a automação e as mudanças organizacionais. Antunes (1999, p. 210) destaca que os processos de “produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado”.

Por outro lado Harvey (2000, p. 143) destaca que o:

[...] mercado de trabalho [...] passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade da mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.

Essas transformações presentes ou em

curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais, étnicas, entre outras, dos diferentes contextos onde são vivenciadas, refletem diretamente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, acarretando mudanças no mundo do trabalho.

Na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, intensifica-se fortemente a divisão sexual do trabalho, a qual se faz de modo ainda mais acentuado em relação ao mundo do trabalho feminino, como se verá a seguir.

### 3 Divisão Sexual do Trabalho e Relações de Gênero

Em todas as sociedades a forma mais comum da divisão do trabalho refere-se à distinção das atividades que são desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres. Trata-se da divisão sexual do trabalho, que se constitui em uma das bases da organização econômica da sociedade e seu impacto se dá, principalmente, nas relações de gênero.

Para Oliveira (1999, p. 67) “as relações de gênero não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais que tem uma base material”. Ou seja, homens e mulheres não são grupos diferenciados de indivíduos biologicamente distintos, mas formam dois grupos sociais ligados por uma relação social específica, as relações sociais de gênero, a qual possui uma base material, no caso o trabalho.

Foi a partir dos anos oitenta do século XX que se passou a usar a categoria gênero enquanto categoria sócio-cultural, pois nos anos setenta ainda não havia nenhum instrumento metodológico que explicasse a ascensão das mulheres enquanto sujeitos sociais, históricos e econômicos (MURARO, 2001). Vale ressaltar, que é comum nas pesquisas o uso do conceito gênero como sinônimo de mulher. Entretanto, ressalta-se que a palavra gênero designa tanto a mulher, quanto o homem.

As relações de gênero, portanto, se configuram numa construção social e cultural à medida que representam um processo contínuo da

produção do poder de homens e mulheres nas diferentes culturas. Sendo assim, percebe-se que as diferenças de sexo repercutem diretamente nas relações de trabalho entre homens e mulheres. As atividades consideradas femininas estão sempre associadas com a função de reprodução, em geral, são as atividades que estão relacionadas ao espaço privado da família e à produção de valores de uso para o consumo familiar. Já as atividades destinadas à produção social e que são desenvolvidas no espaço público são tidas como uma atribuição masculina.

Analisar a temática do trabalho segundo uma perspectiva de gênero permite perceber que os papéis sexuais, os quais são socialmente construídos, condicionam a participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho.

Olhando o trabalho sob a ótica do gênero, verifica-se que já na Grécia antiga existia a divisão sexual do trabalho, pois como nos mostra Perrot (1988) citado por Oliveira (1999, p. 59):

Tanto as mulheres consideradas livres, como as escravas eram responsáveis pela manutenção das atividades referentes ao espaço doméstico como a comida dos homens, o cuidado das crianças, a busca de água e a lavagem das roupas.

Percebe-se, portanto, que a divisão das classes sociais que se estabelecia entre as atividades dos homens, também se estabelecia entre as mulheres, pois “eram as mulheres dos servos e dos camponeses as que mais trabalhavam, além de dividir as tarefas da agricultura com seus maridos, também realizavam as tarefas domésticas” (OLIVEIRA, 1999, p. 59).

O trabalho da mulher na Idade Média era realizado no âmbito do próprio lar ou em atividades artesanais, prevalecendo neste contexto a estrutura patriarcal. Embora criadas para obedecer, percebe-se nesta época o trabalho da mulher com uma significativa importância para a vida econômica das cidades. Todavia, como mostra Macedo (1997, p.35), “participantes de inúmeras atividades, conhecedoras de muitos ofícios, sua presença nas corporações, nas associações de mestres e profissionais, foi insignificante”. Percebe-se com isto a desvalorização do trabalho feminino nesta época. Mesmo que trabalhasse

fora do lar, não passava de principiante, quer na oficina da corporação, quer no lar, pelo homem representado na figura do pai ou marido.

As diferenças biológicas/físicas que caracterizam mulheres e homens também são fatores que contribuíram para a divisão sexual do trabalho, pois “as atividades desempenhadas pelos homens têm a representação do perigo e às desempenhadas pelas mulheres, da fragilidade, por causa unicamente de sua capacidade reprodutiva”. (HIRATA; KERGOAT *apud* OLIVEIRA, 1988, p. 26).

Já no século XVIII, entre as grandes transformações vivenciadas pela sociedade, verifica-se o surgimento do proletariado feminino que se caracteriza pelo ingresso das mulheres no trabalho em domicílio, visto que eram rejeitadas pelos homens para trabalhar nas fábricas (OLIVEIRA, 1999, p.59). Entretanto no século XIX, pode-se observar uma maior inserção das mulheres nas fábricas, porém já se expressam as relações de desigualdade sobre as mulheres: ser operária torna-se ideologicamente o oposto de ser feminina. Isto representava uma ousadia, embora a remuneração conseguida pelo seu trabalho repercutisse no equilíbrio financeiro para a família (PERROT *apud* OLIVEIRA, 1999).

Atualmente verifica-se que, apesar da participação feminina ter experimentado um crescimento, e, por conseguinte, ter obtido um posicionamento mais favorável no mercado de trabalho, as mulheres brasileiras continuam se engajando preferencialmente nas atividades tradicionalmente consideradas femininas, o que é uma clara indicação da continuação do padrão de segregação ocupacional, o qual marca as condições do trabalho feminino (OLIVEIRA, 2007). Porém, apesar da segregação, a presença da mulher no mercado de trabalho vem aumentando de forma significativa nas últimas décadas.

Kergoat (2003), atribui dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho: a) o princípio da separação, o qual determina a existência do trabalho masculino e o feminino e b) o princípio de hierarquização, o qual atribui que o trabalho masculino é de maior valor que o trabalho feminino. Segundo esta autora, tais princípios derivam de um processo de legitimação ideológica, reduzindo as práticas sociais a

'papéis sociais diferenciados sexualmente'.

A divisão sexual do trabalho, não é, portanto, um dado rígido e imutável, ela varia profundamente no tempo e no espaço. Conforme mostra Kergoat (2003, p. 55), "a divisão decorrente das relações sociais de sexo se adapta historicamente a cada sociedade". Contudo, deve-se considerar que falar em divisão sexual do trabalho é ir além da constatação de desigualdades presentes nas relações entre homens e mulheres. É, de acordo com Kergoat (2003, p. 59), "articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades".

Nas últimas décadas o trabalho feminino vem aumentando cada vez mais a sua participação no mundo produtivo. Esse aumento, entretanto, vem apresentando um novo aspecto na divisão sexual do trabalho. Segundo Antunes (1999, p. 108):

[...] salvo raras exceções, ao trabalho feminino têm sido reservadas as áreas de trabalho intensivo, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto que aquelas áreas caracterizadas como de capital intensivo, dotadas de maior desenvolvimento tecnológico, permanecem reservadas ao trabalho masculino.

Como consequência da separação entre trabalho intensivo feito pelas mulheres e capital intensivo realizado pelos homens, percebe-se que o trabalho feminino expande-se, sobretudo na sua precarização, marcado pela informalidade, com desigualdade salarial em relação aos homens, além das jornadas de trabalho mais extensas.

Antunes (1999, p. 109) destaca que atualmente vivencia-se a efetivação de uma "construção social sexuada", onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde o núcleo familiar diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. Antunes (1999, p.202), ainda, atribui ao capitalismo a reconfiguração de uma nova divisão sexual do trabalho. Para este autor, "nas áreas onde é maior a presença do capital intensivo, de maquinários mais avançados, predominam os homens. E nas áreas de maior trabalho intensivo, onde é maior

a exploração do trabalho manual, trabalham as mulheres".

A divisão sexual do trabalho, portanto, se mostra na atualidade como uma das manifestações das relações de poder entre homens e mulheres, e uma das maiores lutas é para que este processo deixe de ser percebido como um processo natural e passe a ser percebido como parte das relações sociais baseadas em diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres.

#### 4 Relações familiares e trabalho feminino

Historicamente a mulher brasileira, sobretudo a mulher branca, é vista como esposa obediente, recolhida e, sobretudo, passiva. Essa imagem da mulher encontra-se nos relatos de Freyre (1984), o qual retrata a família patriarcal brasileira e nela a situação da mulher no período colonial. A mulher branca é descrita como dependente e subordinada, a qual sujeita-se à dominação do pai ou do marido. A mulher desta época, portanto, sempre se dedicou ao espaço privado, o trabalho para ela só estava relacionado aos afazeres domésticos.

Foi a partir da década de 70 no século XX que se deu uma grande transformação desta conjuntura com a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Dentro desse novo contexto social, a mulher passa a transpor novos horizontes e começa a competir com o homem pelo espaço externo de trabalho. O papel social feminino se altera através das mudanças da sociedade, pelos meios de produção e, principalmente pelas transformações econômicas.

Conforme Scott *apud* Oliveira (1999), a entrada da mulher no mercado de trabalho se apresentou de forma intensa e diversificada, não apresentando um declínio mesmo com as crises econômicas. Contrariamente, entende-se que é a partir das crises econômicas que a participação feminina torna-se mais propensa.

No caso brasileiro, conforme dados da Fundação Carlos Chagas, "se em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam, em 2002 a metade delas estava em atividade" (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2007).



De acordo Teixeira (2007), o:

[...] contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva. A continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 60, nos Estados Unidos e Europa, chegou como uma onda nas nossas terras, em plenos anos de chumbo; apesar disso, produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira.

Verifica-se que foram diversos os fatores impulsionadores deste processo. Dentre os quais, destaca-se o desejo de desenvolver uma carreira, a necessidade econômica, ou ainda, em decorrência de novas necessidades de consumo.

Para Cortazzo (1985, p. 45):

Apesar de que os postos, ocupados pela mulher no mercado de trabalho são, em geral, subalternos, sua incorporação ao mercado de trabalho é fundamental para garantir a sobrevivência familiar. Por outro lado, a perda do poder aquisitivo do salário trouxe como consequência que o homem perdesse o papel de único responsável pela manutenção familiar. Na classe trabalhadora, não só a remuneração da mulher como também a de todos os membros da família é indispensável.

Diante destas afirmações, verifica-se que o trabalho da mulher já não é visto somente como complemento da renda familiar. Contrariamente, na maioria das vezes é tido como sendo o principal rendimento da família, mesmo diante do preconceito e a desigualdade que predominam nas relações de trabalho.

Diante disto, deve-se considerar também que o peso das responsabilidades domésticas que recai sobre as mulheres representa mais um obstáculo as suas possibilidades de participação integral e em igualdade de condições no mercado de trabalho. Tal obstáculo é chamado por Gué-

rin (2003) de desigualdade intrafamiliar. Neste cenário, certas obrigações familiares, tais como o cuidado dos dependentes (crianças e idosos) e trabalhos domésticos, foram e continuam sendo obrigações predominantemente femininas. Com isso, verifica-se que tais responsabilidades – tidas como deveres femininos – acabam por interferir no ingresso e na participação efetiva da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Bruschini (1994), “a presença e a idade dos filhos são os fatores que mais interferem na participação feminina no mercado de trabalho, porque as mães ainda são as principais responsáveis pelos cuidados com as crianças pequenas”. Tal fato pode ser verificado nos dados apontados pela autora:

Em 1980, 39% das brasileiras sem filhos trabalhavam, mas esse número caía para menos de 30% entre as mães. Porém, quando os filhos crescem e as mães podem ser substituídas ou ajudadas pela escola, sua disponibilidade para o trabalho volta a aumentar. Cerca de 41% das mães de filhos maiores de 7 anos trabalhavam em 1980, superando a atividade das que não eram mães. (BRUSCHINI, 1994)

Outro fator possível de ser analisado refere-se ao estado civil das mulheres, como mostra Bruschini (1994): “em 1980, entre aquelas que tinham de 1 a 4 anos de instrução, 28% das solteiras e 17% das casadas trabalhavam”. Essa diferença, entretanto, diminuía de forma considerável entre as mais escolarizadas “no grupo das mulheres com mais de doze anos de estudo, as taxas de atividade, além de muito mais elevadas, eram semelhantes entre as casadas e as solteiras, respectivamente 69% e 74,4%”. (Bruschini, 1989).

Deste modo, constata-se que a combinação de vários fatores estaria, portanto, levando as mulheres de escolaridade e nível sócio-econômico mais elevado, bem como as economicamente ativas, a ter um número reduzido de filhos.

Apesar das dificuldades, as mulheres estão ingressando cada vez mais no mercado de trabalho e permanecendo nele. Contudo, as tarefas historicamente conhecidas como sendo

preferencialmente das mulheres, não foram eximidas do seu cotidiano, elas seguem, portanto, assumindo uma dupla responsabilidade e dupla jornada de trabalho.

## 5 Dupla Jornada Feminina

A inserção da mulher em um espaço por muito tempo considerado majoritariamente masculino acabou por fazer com que a mulher assumisse tanto o trabalho fora de casa como o trabalho doméstico, sobrecarregando-a com uma dupla jornada de trabalho.

Como destaca Perez (2001, p.52):

Responsáveis pela maioria das horas trabalhadas em todo o mundo, as mulheres, generosamente, cuidam das crianças, dos idosos, dos enfermos, desdobrando-se em múltiplos papéis. Esquecidas de si mesmas, acabam por postergar um debate que se faz urgente: a divisão desigual das responsabilidades da família, a injustiça de sozinha, ter de dar conta de um trabalho de que todos usufruem.

Fica evidente a sobrecarga de responsabilidades das mulheres em relação aos homens. As mulheres são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e demais familiares, além das suas atividades econômicas. Exemplificando concretamente essa sobrecarga, observa-se que “os homens gastam nessas atividades, em média, 10,6 horas por semana e as mulheres, 27,2 horas” (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2007).

Neste sentido Vaistsman (2001, p. 16), afirma que “desempenhando múltiplos papéis na esfera pública e em suas vidas cotidianas, muitas mulheres deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e aos filhos”. Com isso, percebe-se a mudança que vem ocorrendo entre os anseios das mulheres, decorrente de um processo de globalização que as empurra para o mercado de trabalho.

Desta forma, verifica-se que os papéis sociais das mulheres sofreram profundas mudanças, tal fato se deve principalmente após a sua inserção no mercado de trabalho. Neste

sentido, cabe uma análise de como as mulheres – aqui representadas pelos sujeitos desta pesquisa – compreendem o seu universo feminino em relação ao trabalho e à família, como se verá a seguir.

## 6 Mulher e trabalho: analisando a realidade concreta

O presente estudo revelou que a maioria das mulheres pesquisadas ingressou no mercado de trabalho na adolescência. Apenas uma das quatro funcionárias começou a trabalhar na maioridade. Tal fato levou a refletir sobre a conjuntura histórica da sociedade, a qual levou e leva crianças e adolescentes a ingressarem precocemente no mercado de trabalho como estratégia de subsistência para ajudar na renda familiar. Mesmo sendo proibido na atualidade, é sabido que muitas crianças começam a trabalhar fora, antes mesmo de completar quatorze anos, como prevê a lei. Tal fato se mostra tão presente na sociedade, que é considerado como uma das características que o emprego assume na atualidade, conforme destaca Silva (2005, p.99):

As dimensões que o emprego toma na atualidade, segundo a Organização Internacional do Trabalho, são as seguintes: trabalho forçado e **trabalho infantil**; trabalho doméstico não-remunerado; trabalho doméstico mal-remunerado; parte do trabalho em domicílio; contratos de trabalho precários e ‘falsas’ cooperativas; contratos temporários repetidos fora do previsto pelos direitos trabalhistas; comissões exploratórias de certas agências privadas de emprego. [grifo nosso]

Este fato, conforme ficou evidenciado na pesquisa, não é recente. Se for considerando que a média de idade das mulheres participantes da pesquisa está entre trinta e cinco e quarenta e cinco anos, observa-se que nos anos sessenta/setenta a criança, por diversos motivos, já estava inserida no mercado de trabalho.

As conseqüências percebidas são inúmeras e uma delas é a evasão escolar. Tal situação reflete no baixo índice de escolaridade das entrevistadas, sendo que três delas concluíram o ensino médio e uma delas está concluindo,

porém, como explicitado pelas próprias entrevistadas, duas destas que concluíram o ensino médio, só foram terminar os estudos depois de estarem trabalhando na UEPG, ou seja, cerca de aproximadamente vinte anos depois do tempo tido como “habitual” para os devidos estudos.

Outro ponto analisado na pesquisa refere-se à idéia de que nos anos setenta/oitenta não havia uma preocupação grande com os estudos, sobretudo em relação à mulher, pois a ideologia dominante neste período era a do casamento. O anseio das mulheres era, ainda, na maioria dos casos, o de casar e constituir uma família, como foi possível perceber na fala das participantes.

A ideologia do casamento se manteve por muito tempo, porém com a mudança na estrutura da sociedade brasileira a qual passa a inserir a mulher em um espaço majoritariamente masculino, suas aspirações passam a ser outras, é neste sentido que Vaistsman (2001, p. 16), afirma que “desempenhando múltiplos papéis na esfera pública e em suas vidas cotidianas, muitas mulheres deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e aos filhos”.

Neste contexto, uma característica importante é a redução do número de filhos, fator este que pode ser percebido na realidade das mulheres deste estudo, sendo que o número de filhos entre elas varia de dois a três.

A pesquisa mostrou que são diversos os fatores que levam a mulher ao mercado de trabalho, entre eles, à necessidade de prover ou complementar o sustento do lar. Percebe-se o impacto que a inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe no âmbito familiar. Ao homem não cabe mais exclusivamente o papel de único provedor da família, já que o trabalho da mulher já não é visto somente como complemento da renda familiar, mas em muitos casos, como sendo o principal rendimento da família.

Com a pesquisa foi possível observar, também, que a necessidade pela independência é um fator importante que vem impulsionar a mulher para se inserir no mercado de trabalho.

Ao longo da história a mulher sempre foi vista como propriedade, senão do pai, do marido e sua principal função era a reprodução. Sendo assim, verifica-se que uma das maiores lutas da

mulher é pela independência. Neste sentido, verificou-se de fato que a mulher sente a independência que vem expressa pelo trabalho e que é um dos fatores que determina seu papel social.

Se por um lado a inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe grandes avanços para o mundo feminino, por outro lado ocorre, conforme observado pela maioria das mulheres da pesquisa, que é sobretudo no que diz respeito aos filhos que a ausência feminina do espaço doméstico se mostra mais problemática. Na percepção das mulheres participantes da pesquisa, a ausência no cuidado dos filhos tende a gerar uma situação de abandono e descuido dos mesmos. Para elas, na concepção da sociedade, isto ocasiona uma educação insuficiente e uma situação social problemática. Sendo assim, a mulher acaba por interiorizar tal ideologia, a qual coloca sobre ela toda a responsabilidade no cuidado com os filhos, e quando sente que não está cumprindo adequadamente com a sua função social, ela passa a se cobrar, os filhos cobram e a sociedade também cobra. Nos relatos expressados pela maioria das mulheres pesquisadas fica evidente a preocupação com o cuidado dos filhos como sendo uma responsabilidade sua.

Neste sentido, percebeu-se a contradição existente na vida das entrevistadas: as mulheres hoje se encontram divididas entre os velhos e os novos valores. Ao mesmo tempo em que são incentivadas a terem uma profissão, lhes é cobrada a responsabilidade sobre os cuidados com os filhos.

É importante, ainda, indagar: a) até que ponto às percepções sobre o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e sua realização profissional correspondem às percepções menos tradicionais sobre o tipo de participação masculina na vida familiar e cotidiana? b) em que medida as transformações femininas no mundo doméstico para o público correspondem às transformações masculinas no sentido inverso? Apesar das evoluções pelas quais o mundo feminino vem passando nas últimas décadas, o fato é que o padrão tradicional, ainda se mantém na vida da maioria das mulheres pesquisadas. Verificou-se, na pesquisa, que as atividades femininas sempre estão associadas com a função de reprodução e que ainda persiste a idéia de

mulher como o sexo frágil, responsável pelo lar. São, assim, as atividades que estão relacionadas ao espaço privado da família. Já as atividades destinadas aos homens são aquelas que requerem maior esforço físico.

Em contraponto, merece destaque o que se refere aos cuidados com os filhos. A maioria das mulheres da pesquisa relatam que há divisão das tarefas no que se refere aos cuidados com os filhos. Verificou-se, portanto, que o cuidado dos filhos é o elemento sobre o qual há maior divisão de responsabilidades entre o casal. Homens e mulheres sentem a necessidade de um envolvimento maior de ambos no que se refere à educação dos filhos.

Tal fato pode ser explicado segundo Lupton e Barclay *apud* Bustamante e Trad (2005), porque as:

[...] mudanças sociais, tais como o ingresso da mulher no mercado de trabalho e as novas tecnologias reprodutivas, têm impacto em termos de renegociar o significado da paternidade. Há paradoxos e tensões em torno dos significados da paternidade, que influenciam a forma como os homens se vêem a si próprios como pais e como praticam a paternidade. Em tal contexto surge o conceito do “novo pai”, mediante o qual a paternidade é considerada uma oportunidade para expressar sentimentos, participando ativamente no cuidado dos filhos, e tendo relação igualitária e fluida com a parceira, o que se expressa na divisão de tarefas.

Essa aceitação da divisão de tarefas no cuidado dos filhos vem indicar a presença de valores mais igualitários. Isto reflete, também, conforme Araújo e Scalon (2005) na centralidade que os filhos adquirem na constituição das famílias na atualidade.

Sobre isto, a pesquisa demonstrou que a importância dos filhos nos projetos individuais e conjugais contemporâneos emerge como algo que confere sentido à própria existência. Sendo assim, verificou-se que cuidar dos filhos parece ser importante para homens e mulheres, sem muita discrepância entre os sexos quanto à intensidade dessa importância, ou seja, a existência dos filhos e o cuidado deles parecem ser pontos centrais nas relações familiares. Chamou a

atenção, portanto, o fato de que, mesmo sendo tímidas as mudanças nos padrões de divisão de trabalho doméstico, é no envolvimento masculino com os filhos que se percebe um quadro mais positivo.

Desta forma, pode-se verificar que no tocante às divisões das tarefas domésticas, as relações mais igualitárias e as relações mais tradicionais se mesclam. Isto indica faces modernas e faces conservadoras, as quais evidenciam as ambigüidades da sociedade contemporânea.

Como conciliar o trabalho desejado ou necessário da mulher com a já constatada obrigação com as tarefas domésticas? Que fatores dificultam essa conciliação, num cenário marcado pela disseminação do ideário de igualdade de direitos entre os sexos e pela crise econômica que torna necessário o trabalho feminino?

Todas as funcionárias relataram que não encontram dificuldades em conciliar casa e trabalho, porém o que se percebe é o acúmulo de tarefas, o que fica claro na fala das mesmas. Porém, isto é percebido como algo natural, embora muitas vezes tenham que abrir mão do descanso do final de semana para se dedicar à organização da casa, entre outras atividades domésticas. Entretanto, isso não se mostra como uma dificuldade para elas. Isto acontece, porque:

Historicamente o lugar destinado à mulher tem sido o lar, as questões domésticas [...]. Às mulheres corresponde ‘por natureza’ o cuidado dos filhos, da casa e dos pais velhos: funciona como um mandato a que devem responder e, em muitos casos, isto é requerido por outras mulheres [...]. (CORTAZZO, 2000, p.157)

Neste sentido, verifica-se que a participação no trabalho doméstico apresenta pouca diferença de tempos atrás. As mulheres têm arcado com o cuidado dos filhos e afazeres da casa em geral (Strey *apud* Arruda, 1996). Sendo assim, torna-se comum o desdobramento da mulher no desempenho do seu duplo papel, o que dificulta para ela a visualização da sua própria condição. À mulher cabe, portanto, além do seu trabalho fora de casa, a incumbência da execução do papel de mãe, esposa e dona-de-casa. Desta forma, conforme afirma Oliveira (1999, p. 35), “está colocado a dupla jornada de trabalho, ou

melhor, a jornada extensiva de trabalho, que começa em casa, passa pelo mundo do trabalho e vai terminar novamente em casa”.

Como discutido anteriormente, pode-se perceber que o trabalho sempre teve significados diferentes de acordo com o contexto vivido. Apesar das disparidades entre os afazeres femininos e masculinos, o trabalho é a maior conquista feminina, ou seja, o entendimento do trabalho enquanto atividade emancipadora é um grande ganho para as mulheres, conforme afirma Coelho (2002). Segundo a autora, o trabalho hoje “representa para muitas mulheres também uma realização pessoal, por ser um espaço construído individualmente, no qual se sentem valorizadas como pessoas” (COELHO, 2002, p.70)

Verificou-se, também, que para as mulheres o trabalho vai além de uma realização pessoal, é uma maneira de poder adquirir suas próprias coisas, sem ter que depender de ninguém para isto. Conforme Araújo e Scalon (2005, p. 20) “no aspecto ideológico, é de se notar que o *status* público atual dos indivíduos tende a ser conferido também por seu lugar de consumidor, consumidor no mercado, em detrimento da referência ao cidadão”.

Neste sentido, trabalhar, significa além de uma satisfação pessoal, poder oferecer a si e/ou aos familiares condições materiais de sobrevivência. Ter (ou acreditar que tem) alguma possibilidade de escolha para adquirir aquilo que querem. Confere aos indivíduos certa satisfação e também a independência que vem pelo trabalho.

Em suma, pode-se dizer que o significado do trabalho para os sujeitos da pesquisa pode ser pensado por três ângulos, não necessariamente antagônicos: a) como fonte de realização pessoal que pode conferir elemento de afirmação econômica, b) como elemento de apropriação da autonomia dos indivíduos através de uma fonte de sobrevivência e, por fim, c) como elemento que permanece central na constituição da independência dos indivíduos.

Espera-se que as reflexões trazidas neste trabalho contribuam para a formação dos acadêmicos de Serviço Social, e que esclareçam alguns questionamentos daqueles que em sua

prática profissional atuam com as relações de gênero.

## Referências

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: \_\_\_\_\_(Org). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. FAPERJ. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 14-76.

ARRUDA, Jaqueline Aparecida de. **Contradição nas relações familiares** – um alerta para a prática do serviço social. 1996,77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1986.

BRUSCHINI, Cristina. **O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes**. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. especial/2º semestre,1994a.

\_\_\_\_\_. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro. In: **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. OIT/ABET.1994b.

\_\_\_\_\_. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC, Textos FCC (1). 1989.

BUSTAMANTE, Vânia; Trad, Leny Bonfim. **Participação paterna no cuidado de crianças pequenas**: Um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. Caderno de Saúde Pública, v.21, n.6, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=6&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=6&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 22 abr. 2008.

COELHO, Virginia Paes. O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 71, Ano XXIII: Cortez, 2002.

COMINESI, Luciane Maria. **Trabalho**: um dilema para o egresso do cárcere cadastrado no Programa Pró-Egresso de Ponta Grossa. 2002,107f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pon-

- ta Grossa, 2002.
- CORTAZZO, Inês. **Saúde e trabalho**. Arquivos de Medicina Preventiva, n. 7. Porto Alegre: Faculdade de Medicina, UFRGS, 1985.
- FRENCH, Marilyn. **A guerra contras as mulheres**. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres, trabalho e família**. Disponível em: <[www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br)>. Acesso em: 28 abr. 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1984.
- GARCIA, Maria de Fátima; SILVA, Roselaine Navarro B. **O conceito de trabalho ao longo da história humana**. In: VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ANAIS do VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, v.1, Salvador, 2001.
- GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: TEIXEIRA, Marilane (org) et. al. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: Desafios para as Políticas Públicas**. Caderno nº3 da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2003, p. 71-88.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações de sexo. In: TEIXEIRA, Marilane (org) et.al. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: Desafios para as Políticas Públicas**. Caderno nº3 da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2003
- LANGER, André. **O trabalho como essência do homem**. Revista Electrónica Latino Americana en Desarrollo Sustentable. Disponível em: <<http://www.vinculando.org>> Acesso em: 29 set. 2007.
- MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a história geral)
- MARTINELLI, Maria Lucia (Org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 16.ed. v 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- MURARO, Rose Marie; PUPPIUN, Andrea. (Org). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, FAPERJ, 2001.
- NETO, Otavio Cruz. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org). 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- OLIVEIRA, Eleonora Manicucci. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec CUT – BRASIL, 1999.
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes de. **Mulher e trabalho**. Biblioteca virtual da mulher. Disponível em: <<http://www4.prossiga.br/bvmulher/cedim/trabalho/conceito.htm>> Acesso em: 3 out. 2007.
- PEREZ, Lúcia. **Os desafios para o século XXI**. In: GALEAZZI, I.M.S. (Org) Mulher e Trabalho. Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) v. 1, 2001. p. 51-53.
- RICHARDSON, Jarry Roberto. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIZZINI, Irma. **Pesquisando: Guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: Universitária, 1999.
- SILVA, Lenir Aparecida Mainardes. **A política pública do trabalho, emprego e renda no Brasil na década de 90 e sua interface com a política pública de assistência social no Estado do Paraná**. 2005, 171f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.
- TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **As mulheres e o mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.universia.com.br>>. Acesso em: 29 abr. de 2007.
- VAITSMAN, Jeni. **As transformações sociais e de gênero no século XX**. In: MURARO Rose, Marie; PUPPIUN, Andrea (Orgs). Mulher, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001.p.16-20.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da praxis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.